

Igreja faz cartilha sobre a Constituinte para o povo

BRASÍLIA — A Igreja Católica vai elaborar cartilhas como subsídio para orientar o povo a respeito da Assembléia Nacional Constituinte, de uma forma didática e utilizando uma linguagem popular.

O anúncio foi feito ontem pelo Presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, no encerramento da reunião do Conselho Permanente da entidade, que reúne 25 bispos.

Segundo Dom Ivo, a CNBB entende que ainda é importante criar o movimento de conscientização popular sobre a Constituinte e que, somente numa fase posterior, é que deve ser desencadeado um processo de discussão sobre os temas que deverão constar da nova Constituição.

Na próxima semana deverão estar prontos os roteiros, que serão encaminhados pela CNBB às comunidades regionais para elaboração das cartilhas. Terão como base o documento "Igreja, Constituinte, Consti-

tuição — Subsídios para reflexão e ação pastoral", elaborado por uma comissão da CNBB, coordenada pelo Bispo de Bauru (SP), Dom Cândido Padin.

O documento ressalta que a presença da Igreja na vida nacional foi fortalecida nos serviços aos direitos humanos e a uma nova ordem política, social e econômica. Considera que o momento nacional é de profunda transição e observa que a grande aspiração nacional é a plenitude da democracia.

Salienta que os cristãos e a Igreja, no seu conjunto, fazem muitas perguntas sobre sua participação "nesse momento decisivo da Nação". E a algumas dessas perguntas é que as cartilhas buscarão responder, numa linguagem acessível, levando em conta que a posição da CNBB, anunciada em várias oportunidades, é de que a Constituinte deve ser soberana e representativa.

ANC 88
Pasta 08/85
129/1985

Ministério Público quer incluir a defesa do consumidor em nova Carta

SÃO PAULO — A inclusão dos direitos do consumidor na Constituição foi defendida ontem pelo Presidente da Confederação Nacional do Ministério Público, Luiz Fleury Filho, no encerramento do I Encontro de Defesa do Consumidor.

Fleury propôs o encaminhamento da questão às lideranças do Congresso. Na sua opinião, o País deveria seguir o modelo da Constituição espanhola, de 1978, que prevê ser dever do Estado a garantia efetiva dos direitos do consumidor.

— É direito fundamental do cidadão a sua proteção, por exemplo, contra a propaganda enganosa. E preciso acabar com a agressão ao consumidor e dar-lhe meios para que possa exercer esse direito.

Fleury acrescentou que os meios poderiam ser assegurados através do fortalecimento das entidades da defesa do con-

sumidor e do próprio Ministério Público "como órgão de defesa do consumidor". Apontou a desproporção existente entre consumidor e produtos como o maior problema a ser enfrentado.

— Precisamos equilibrar essa balança, fortalecendo as entidades existentes, criando e dando mais força ao Ministério Público.

Com esse objetivo, a Confederação promoveu recentemente um encontro de defesa ao consumidor no Rio de Janeiro. Em outubro, promoverá o 6º Encontro Nacional de Defesa do Consumidor, também no Rio.

— Fora isso, também nos empenhamos pela sanção da lei 7.347, que ajudamos a elaborar e que instituiu, em julho passado, a ação civil pública de defesa do consumidor.

Novo papel para Forças Armadas

BRASÍLIA — O jurista Ferro Costa, da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, vai propor uma redefinição do conceito de segurança nacional e da competência das Forças Armadas. Segundo o jurista, a nova Constituição deve determinar que as Forças Armadas não se envolvam com as questões de segurança interna do País, pois "esta é uma incumbência do poder civil".

— As Forças Armadas devem ser estritamente profissionais, sem intromissão na ordem interna. O poder deve ser civil, pois não há poder militar — afirmou, acrescentando que a redefinição exigirá mudanças também na competência da Justiça Militar, deixando em seu âmbito apenas o julgamento de processos referentes às questões militares.

Ferro Costa defenderá também a inclusão de dispositivos na Constituição que fortaleçam o sistema federativo, dando oportunidade a um desenvolvimento nacional equilibrado. O jurista, convidado pessoalmente pelo Presidente José Sarney, afirmou que tem uma vocação descentralizadora e pretende defender, para a nova Constituição, "uma proposta liberal, que expurgue completamente o autoritarismo".

Ulysses reconhece divisão na Aliança

CURITIBA — O Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães reconheceu ontem que existem grandes divergências dentro da Aliança Democrática quanto à convocação da Constituinte. Algumas lideranças defendem a proposta do Executivo e outras consideram que a Constituinte deve ser convocada com a finalidade específica de elaborar a nova Constituição sem tratar da legislação ordinária.

— O debate que se está fazendo sobre a convocação da Constituinte, se seus membros serão ou não integrantes do futuro Congresso Nacional, terá de ser amplamente examinado. Estamos discutindo amplamente o assunto para chegarmos a uma definição — disse, salientando que ontem mesmo conversou a respeito do assunto com o jurista Godofredo da Silva Teles.

Ulysses acha que não há necessidade de se realizar um plebiscito para que a sociedade decida se os constituintes se tornarão membros do futuro Congresso ou não. Segundo ele, se houver necessidade de um plebiscito será para a homologação, pela opinião pública, do texto final da nova Constituição.